

PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA CLARIFICAÇÃO

7. Qual é a porcentagem de mulheres que ingressam anualmente em educação superior em Rio Norte?

Resposta: A informação disponível esta limitada aos fatos descritos no caso hipotético.

8. Qual é o critério de seleção daqueles inscritos, que teriam superado os três requisitos mínimos (mencionados nos fatos do caso) para ingressar nas Universidades de Iberolândia, particularmente em Rio Norte?

Resposta: Ver resposta 5.

9. Que hierarquia tem uma Lei Federal ou Nacional com respeito a uma Constituição provincial, e qual é o limite da autonomia da ultima para cumprir com a Lei Federal ou Nacional?

Resposta: O artigo 18 da Constituição de Iberolândia dispõe:

As províncias conservam todos os poderes expressamente não delegadas por esta Constituição ao Governo Federal. O Congresso da Federação não adotara leis no âmbito das que tenham sido reservadas pelas províncias.

O artigo 19 da Constituição de Iberolândia agrega:

Esta Constituição, as leis que se aprovem no Congresso da Federação dentre dos limites estabelecidos no artigo anterior, e todos os tratados ratificados por Iberolândia serão a lei suprema do país. Os juizes de cada província respeitarão esta Constituição, as leis federais e os tratados ratificados, apesar das disposições em contrario que possam haver nas Constituições ou leis das províncias. Os Governadores das províncias estarão obrigados a cumprirem com as leis federais.

10. Que medidas pertinentes, tanto políticas como constitucionais, empregou o governo federal para que Rio Norte adotasse as ações afirmativas propostas na Lei 678/99?

Respostas: No expediente perante a Corte Interamericana aparecem creditadas as seguintes gestões: reuniões do Presidente Acheve com o Governador de Rio Norte, do Ministro da Educação da Nação com o Reitor da Universidade de Rio Norte, e do Ministro do Interior da Nação, com os legisladores federais da província de Rio Norte. O ministro da Educação publicou diferentes materiais para ajudar as autoridades das instituições publicas de educação superior a aplicar a Lei Nº 678. O Ministério da Economia da Nação dispôs de uma partida orçamentária especial para apoiar as instituições públicas da educação superior que aplicara a Lei Nº 678.

11. Quais são os critérios que são considerados na Universidade de Rio Norte para designar as vagas disponíveis dentre os aspirantes que superam os requisitos mínimos de admissão?

PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA CLARIFICAÇÃO

17. Dado que existem estabelecimentos de educação superior, tanto federais, provinciais e municipais (tal como reconhece a Lei 678), como se compatibilizam suas competências com a competência exclusiva na matéria educativa das províncias?. Diz-se sobre os estabelecimentos federais ou municipais justamente por serem tais, não por haverem competência provincial, assim: Como deve entender-se isto? E no seu caso: Existem estabelecimentos desta índole em Rio Norte?

Resposta: Existem dois institutos federais de educação superior: a Escola Superior de Defesa (ESDE) que depende do Ministro da Defesa, e a Escola Superior da Magistratura (ESM) dependente da Corte Suprema de Justiça. A própria constituição ordena a criação de ESDE e ESM como uma exceção do estipulado no artigo 5 constitucional. ESDE e ESM funcionam exclusivamente no Direito Metropolitano. Vários municípios têm criado Institutos Superiores de Administração Municipal (ISEM). A Corte Suprema de Justiça tem considerado que os municípios têm faculdades constitucionais para criar os ISEM, para formar seu pessoal. As províncias, de conformidade com o artigo 5 constitucional, conservam o direito de estabelecer o regime jurídico de que devem sujeitar-los ISEM. Em Rio Norte, não existe nenhum, ISEM.

18. Qual é o alcance da exclusividade da competência das províncias em matéria de educação? Nos referimos no que inclui os níveis básico, médio e superior, ou somente algum deles?

Resposta: A única disposição existente e o artigo 5 constitucional.

19. E possível que uma pessoa que ingressou na Universidade de Rio Norte intente novamente o processo de admissão para dita Universidade no ano seguinte?

Resposta: Sim.

PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA CLARIFICAÇÃO

PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA CLARIFICAÇÃO

Resposta: A informação disponível esta limitada aos fatos descritos no caso hipotético e nas respostas apresentadas.

30. O parágrafo 23 declara: “As notas escolares de Juana foram superiores ao mínimo exigido pela Universidade.” Como se compara o *rank* das notas de Juana em relação as notas dos estudantes efetivamente aceitos pela Universidade de Rio Norte no ano de 2000?

Resposta: As notas eram similares.

31. E o Supremo Tribunal Federal de Iberoândia o Tribunal de maior hierarquia de Iberoândia?

Resposta: Sim, em conformidade com o que estabelecido na Constituição.

32. Que data o estado de Iberoândia ratificou a Convenção de Belém do Para?

Resposta: Ver resposta 1.

33. Foi Juana classificada dentre os melhores 250 estudantes que aplicaram para admissão na Universidade de Rio Norte em 2000?

Resposta: A informação disponível esta limitada aos fatos descritos no caso hipotético.

34. A quem compete a arrecadação de impostos para educação direcionados as províncias, ou existe algum imposto federal que se destine ao orçamento educacional?

Resposta: A arrecadação corresponde as províncias.

35. Qual e a hierarquia que existe em Iberoândia com respeito a constituição, os tratados internacionais, a leis federais e as leis provinciais?

Resposta: Ver a resposta 8.

36. Para ratificar Tratados Internacionais é necessário que as províncias outorguem expressamente o consentimento ou é uma faculdade expressamente outorgada ao governo Federal?

Resposta: A informação disponível esta limitada aos fatos descritos no caso hipotético e nas respostas apresentadas.

37. Que recomendações (sob o Art. 50 da Convenção Americana) foi expedido pela Comissão de Iberoândia para remediar a situação, apos o processo de acordo amigável com Juana ter falhado?

Resposta: A informação disponível esta limitada aos fatos descritos no caso hipotético.

PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA CLARIFICAÇÃO

38. Art. 5 da Constituição de Iberoalândia decl

PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA CLARIFICAÇÃO

Resposta: Referente ao caso Olin, o Supremo Tribunal de Justiça não havia se pronunciado de maneira específica e pontual sobre os pontos alegados por Juana em sua demanda. A jurisprudência existente era sobre outros aspectos do direito de igualdade e sobre a distribuição de competências entre o Congresso Nacional e as províncias.

PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA CLARIFICAÇÃO

52. Houve alguma reserva quanto à responsabilidade internacional do Estado no momento de aceitação da competência jurisdicional da Corte?

Resposta: No

53. Qual foi a controvérsia constitucional que resultou na declaração de constitucionalidade da quota de 250 estudantes por ano na Universidade Pública Provincial de Rio Norte? (Parágrafo 13 do Caso Hipotético).

Resposta: O Tribunal deve pronunciar-se se o estabelecimento da quota de 250 estudantes

PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA CLARIFICAÇÃO
